



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 18, DE 2018

(nº 185/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 185

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Os méritos do Senhor Rodrigo de Lima Baena Soares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de abril de 2018.

Brasília, 5 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES

CPF.: 342.835.101-06

ID.: 7630 MRE

1963 Filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares, nasce em 11 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1986 CPCD - IRBr

1988 CAD - IRBr

2001 Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris/FR

2007 CAE - IRBr, Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro.

Cargos:

1987 Terceiro-secretário

1994 Segundo-secretário

1999 Primeiro-secretário, por merecimento

2003 Conselheiro, por merecimento

2007 Ministro de segunda classe, por merecimento

2015 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988-90 Secretaria de Controle Interno, assessor

1990-92 Presidência da República, Oficial de Gabinete

1992-95 Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1995-96 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário

1996-2000 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete

2000-03 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário

2003-06 Presidência da República, Porta-Voz Adjunto e Secretário de Imprensa adjunto

2006-09 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2009-11 Presidência da República, Assessor Especial

2011-12 Presidência da República, Porta-Voz

2012- Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor Especial

2013 III Diálogo Político-Estratégico Brasil-Canadá, Chefe de delegação

2013 Comissão Mista da Indústria de Defesa, Representante do Itamaraty

2013 X Diálogo Político-Estratégico Brasil-EUA, Chefe de delegação

2013 IV Diálogo Estratégico Brasil-França, Chefe de Delegação

2014 IX Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-americano, Chefe de delegação

Condecorações:

1990 Medalha Santos Dumont, Brasil

1990 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
1991 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial
1998 Ordre du Mérite, França, Cavaleiro
2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2013 Medalha da Vitória, Brasil
 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial;
2015- Medalha Tamandaré, Brasil
2018 Ordem Infante D. Henrique, Portugal
 Ordem do Cedro, Líbano

Publicação:

2011 Política Externa e Mídia, in Política Externa,v 20, número 2
2015 "Base Industrial de Defesa Brasileira e a Política Externa" in Caderno de Política Exterior,
 ano I número 1

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PERU





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O PERU	
NOME OFICIAL:	República do Peru
GENTÍLICO:	peruano
CAPITAL:	Lima
ÁREA:	1.285.216 km²
POPULAÇÃO (FMI, est. 2017):	31,8 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol e, nas áreas onde predominem, quéchua, aimará e demais línguas nativas
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo 2007):	Catolicismo (81,3%); protestantismo (12,5%); nenhuma (2,9%); outra (3,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Congresso da República; Parlamento unicameral composto por 130 membros, eleitos para mandato de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Martín Alberto Vizcarra Cornejo (desde 23/3/2018)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente Martín Alberto Vizcarra Cornejo (desde 23/3/2018)
CHANCELER:	Embaixador Néstor Popolizio (desde 2/4/2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, est. 2017):	US\$ 210,01 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, est. 2017):	US\$ 424,64 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, est. 2017):	US\$ 6.598,46
PIB PPP PER CAPITA (FMI, est. 2017):	US\$ 12.159,50
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,67% (2017, est.), 4,00% (2016), 3,30% (2015), 2,41% (2014), 5,84% (2013), 5,95% (2012) e 6,45% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,740 (87ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015):	74,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2016):	98,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, est. 2017):	6,8%
UNIDADE MONETÁRIA:	Sol
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Vicente Rojas Escalante
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 3.250 brasileiros residentes no Peru

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-PERU (US\$ MILHÕES FOB) - Fonte: MDIC									
Brasil → Peru	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	1.973	2.928	3.637	3.702	3.918	3.529	3.071	3.184	3.863
Exportações	1.489	2.020	2.262	2.415	2.147	1.817	1.815	1.948	2.245
Importações	484	907	1.374	1.287	1.771	1.711	1.256	1.236	1.617
Saldo	1.004	1.112	888	1.127	376	106	559	712	627

APRESENTAÇÃO

Com um território de 1.285.216 km², o Peru é o 20º país mais extenso do mundo e 3º da América do Sul. Banhado pelo oceano Pacífico, a oeste, o Peru é limitado ao norte pelo Equador e pela Colômbia, a leste pelo Brasil e pela Bolívia e ao sul pelo Chile. Seu território pode ser dividido em três faixas longitudinais, do ocidente para o oriente: a costa, de clima seco; a *sierra*, dominada pelos Andes; e a região amazônica.

A população peruana é de aproximadamente 31,8 milhões de habitantes (estimativa do FMI para 2017), sendo o quinto país mais populoso da América Latina. A capital, Lima, e sua área metropolitana abrangem quase um terço da população total. Quase metade dos peruanos são ameríndios, seguidos de *mestizos* (ascendência indígena e europeia), descendentes de europeus e minorias de origem africana e asiática (principalmente japonesa e chinesa).

O país foi berço de várias civilizações pré-colombianas, que deixaram grande patrimônio arqueológico e ainda exercem importante papel na cultura peruana. Após a conquista do Império Inca pelos espanhóis, no século XVI, passou a ser o centro do Vice-Reino do Peru, uma das principais colônias espanholas na América. A independência do Peru foi declarada em 1821 por José de San Martín, sendo consolidada em 1824 com a derrota imposta às tropas espanholas remanescentes.

PERFIL BIOGRÁFICO

MARTÍN VIZCARRA PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Martin Alberto Vizcarra Cornejo nasceu em 22 de março de 1963, em Lima. Formou-se em engenharia civil pela "Universidad Nacional de Ingeniería" (1979-

1984). Foi diretor-executivo de projeto de desenvolvimento regional centrado na gestão de recursos hídricos na região de Moquegua até 1992, data em que passou a trabalhar no setor privado na área de construção civil, onde atuou como engenheiro e consultor até 2010.

Vizcarra adquiriu fama local ao liderar, em 2008, movimento conhecido como “moqueguazo”, em que se reclamava maior repasse de dividendos para a região por parte da empresa mineradora Southern Peru Copper Corporation. Foi eleito governador da região de Moquegua, cargo que ocupou de 2011 a 2014. Seu mandato rendeu-lhe reconhecimento nacional pelos bons resultados na gestão pública e, em particular, pela elevação dos índices educacionais da região.

Foi chefe da campanha de Pedro Pablo Kuczynski nas eleições gerais de 2016. Eleito primeiro-vice-presidente, tomou posse em 28/7/2016.

Em 22/5/2017, renunciou ao cargo de ministro de Transportes e Comunicação, posição que ocupava concomitantemente ao cargo de primeiro-vice-presidente desde a sua posse. Sua renúncia deveu-se ao desgaste político sofrido em decorrência de questionamentos, por parte da Controladoria-Geral da República, relativos à assinatura de adendo ao contrato de concessão da construção do aeroporto de Chinchero, em Cusco. O contrato acabou cancelado unilateralmente pelo governo peruano.

Em 27/9/2017, Vizcarra foi designado embaixador do Peru no Canadá, mantendo, contudo, suas funções e atribuições como primeiro-vice-presidente do Peru.

Seguindo o rito previsto na Constituição peruana, em seguida à renúncia do presidente Pedro Pablo Kuczynski, Martín Vizcarra tomou posse como presidente em cerimônia realizada em 23 de março, no Congresso peruano.

É casado e tem 4 filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Peru mantém com o Brasil relação histórica de amizade e cooperação. Os 2.995 km de fronteira - segunda maior fronteira contínua brasileira, inferior somente à fronteira com a Bolívia - conferem densidade e complexidade à agenda bilateral entre os dois países .

Comércio bilateral

Tradicionalmente superavitário, o intercâmbio comercial bilateral apresentou retração a partir de 2013, quando atingiu a marca histórica de US\$ 3,9 bilhões. A partir de 2016, contudo, a tendência de queda reverteu-se. Segundo dados do MDIC, em 2017, o intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 3,8 bilhões, com superávit para o Brasil de US\$ 627 milhões. Nesse período, as exportações brasileiras e as importações provenientes do Peru apresentaram um aumento de 15,25% e 30,8%, respectivamente.

Ainda segundo dados do MDIC, em 2017, o Brasil exportou para o Peru, principalmente, os seguintes produtos: automóveis, tratores, chassis e plásticos. O Peru, por sua vez, exportou ao mercado nacional, principalmente, naftas para petroquímica, sulfetos de minérios de zinco, cátodos de cobre refinado, sulfetos de minério de cobre e fosfato de cálcio.

Em 2017, o Brasil foi o terceiro maior fornecedor de produtos ao Peru e o oitavo país de destino das exportações peruanas.

Acordos comerciais.

O principal acordo comercial vigente entre Brasil e Peru é o Acordo de Complementação Econômica nº 58, (ACE-58), entre o MERCOSUL e o Peru, assinado em 2004 e que entrou em vigor em 2006.

Em 29/4/2016, em Lima, foi assinado Acordo de Ampliação Econômica-Comercial Brasil-Peru, que contempla capítulos sobre investimentos, serviços e compras governamentais, não cobertos pelo ACE-58. Foi assinado, também, Memorando de Entendimento que busca acelerar o cronograma de desgravação do ACE-58 entre o MERCOSUL e o Peru em pelo menos três linhas tarifárias referentes a bens automotivos, atendendo a prioridade do setor no Brasil.

Em janeiro de 2019, estará completa a liberalização tarifária do comércio

bilateral de bens prevista no ACE-58.

Acordos em tramitação.

Quatro acordos relativos à área de fronteira, assinados em 2009 e internalizados pelo Peru, seguem em tramitação no executivo brasileiro. São eles: Acordo-Quadro para o Estabelecimento de Sistemas de Controle Integrado em postos de Fronteira; Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas; Acordo para Criação de Zona de Integração Fronteiriça e Acordo de Facilitação de Trânsito de Veículos de Uso Particular.

Em paralelo, encontram-se em diferentes estágios de negociação os seguintes instrumentos: Acordo sobre Cooperação Judicial Internacional em Matéria Civil; Acordo para Fortalecer a Luta Contra o Tráfico de Pessoas, o Tráfico Ilícito de Migrantes e os Delitos Conexos; Acordo Interinstitucional de Cooperação Internacional entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil brasileira e o Instituto Nacional de Defesa Civil peruano; e proposta de acordo que criaria o regulamento da Comissão Binacional Fronteiriça ("COMBIFRON"), visando a estabelecer marco normativo para a cooperação em temas de defesa

Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF).

Criada por Acordo assinado em dezembro de 2009 (mas ainda não ratificado pelo Brasil), a CVIF é o foro bilateral mais elevado de cooperação fronteiriça. A quinta e última reunião do mecanismo foi realizada em julho de 2015, em Brasília. Prevista para o início de março de 2018, a VI CVIF foi cancelada por dificuldades de agenda da parte peruana.

No âmbito da CVIF, são tratados temas como controle fronteiriço integrado, transportes, saúde na fronteira, cooperação ambiental fronteiriça e temas indígenas.

Há três Comitês de Fronteira entre Brasil e Peru: Benjamin Constant (AM)-Islandia; Assis Brasil (AC)-Iñapari; e Santa Rosa do Purus (AC)-Purús. O Comitê Benjamin Constant–Islandia reuniu-se pela segunda vez em abril de 2014. O Comitê Assis Brasil-Iñapari reuniu-se pela quinta vez em setembro de 2014. O Comitê Santa Rosa do Purus-Purús, criado em outubro de 2011, nunca se reuniu, em razão de dificuldades logísticas.

Infraestrutura. Integração Física.

Em maio de 2015, durante visita ao Brasil do Primeiro Ministro da China, Li Keqiang, foi assinado Memorando de Entendimento Brasil-Peru-China sobre

cooperação ferroviária. O projeto, que objetiva a construção de ferrovia transcontinental, encontra-se, atualmente, em fase de elaboração de estudos básicos. Prevê-se que, pelo lado brasileiro, a ferrovia passe pelo Acre, Rondônia e Mato Grosso, ligando-se ao resto da malha ferroviária brasileira no eixo norte-sul, em Campinorte (GO). Recentemente, o governo peruano, em declarações à imprensa, informou estar reavaliando a prioridade antes atribuída ao projeto.

Brasil e Peru participam das tratativas relacionadas ao projeto de Corredor Ferroviário Bioceânico Central (CFBC), que ligaria o porto de Santos, no Brasil, ao porto de Ilo, no Peru, passando por território boliviano. Há interesse em avançar as conversações na aérea de conexão hidroviária, para o que Brasil e Peru contemplam estabelecer instância específica de diálogo.

Combate a ilícitos transnacionais.

O combate a ilícitos transnacionais, sobretudo ao narcotráfico, é outra matéria de grande importância na agenda bilateral, por conta dos desafios comuns nas áreas de fronteira. A Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos constitui espaço para o acompanhamento político-diplomático da constante colaboração entre as autoridades dos dois países para a aplicação da lei na região fronteiriça. A 9ª reunião da Comissão ocorreu em setembro de 2017, em Lima.

Em agosto de 2017, os ministros da Defesa do Brasil e do Peru, acompanhados por altas autoridades com competência na matéria, reuniram-se em Tabatinga para intercambiar percepções e informações com vistas ao fortalecimento do combate conjunto aos crimes transfronteiriços.

Cooperação Técnica

A carteira de cooperação técnica com o Peru é a mais intensa do Brasil com um país da América do Sul. As iniciativas em execução abrangem as áreas de saúde, recursos hídricos, aquicultura, desenvolvimento social, trabalho, entre outras. O Brasil tem prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doação de medicamentos (antirretrovirais, vacinas e outros) e de apoio em situações de desastres naturais, como as intensas chuvas que atingiram o Peru em 2017, causando inundações e desabrigando milhares de cidadãos.

Mecanismos regionais

No âmbito regional, o Brasil tem interesse em contar com o apoio do Peru para fazer avançar o diálogo entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, bloco do qual o

país andino é membro fundador. O Peru também é membro da UNASUL e da CELAC, além de ser Estado associado do MERCOSUL.

Assuntos consulares

Estima-se em cerca de 3.250 o número de brasileiros no país andino. O setor consular da Embaixada do Brasil em Lima tem jurisdição sobre todo o território peruano, à exceção do Departamento de Loreto, que é coberto pelo Consulado do Brasil em Iquitos. O Brasil conta, ainda, com quatro consulados honorários no Peru: Arequipa, Chiclayo, Cusco e Pucallpa.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há, atualmente, nenhuma operação relevante que envolva exportação ao Peru no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

POLÍTICA INTERNA

Informações gerais.

O Peru é uma república presidencialista. O presidente, eleito por votação direta para um mandato de cinco anos, sem possibilidade de recondução, desempenha as funções de chefe de Estado e de governo. O gabinete ministerial (Conselho de Ministros) é de livre designação presidencial, bem como o Primeiro-Ministro, a quem cabe a direção do Conselho. O legislativo peruano é unicameral, composto por 130 membros eleitos para um mandato de cinco anos. O poder judiciário é independente e tem como órgão máximo a Corte Suprema de Justicia

O Peru vive situação política marcada pelas divergências entre os dois últimos governos eleitos, que capitalizaram o anti-fujimorismo para vencer nas urnas, e a maioria fujimorista no Congresso Nacional. Recentes escândalos de corrupção, envolvendo empreiteiras brasileiras e praticamente todas as forças políticas do país, também são tema de grande relevância no cenário político peruano.

Eleição de Pedro Pablo Kuczynski.

A eleição de Pedro Pablo Kuczynski (conhecido como PPK) com vantagem de pouco mais de 41 mil votos sobre Keiko Fujimori, em universo de cerca de 23 milhões de eleitores, foi considerada a mais concorrida do Peru desde sua redemocratização. O anti-fujimorismo foi um dos principais elementos que garantiram a vitória de Kuczynski.

Nas eleições para o Congresso, contudo, o fujimorismo prevaleceu, com os 73 dos 130 assentos em disputa conquistados pelo partido “Fuerza Popular”, liderado por Keiko Fujimori. O partido governista (“Peruano por el Cambio” – PPK), por sua vez, tem apenas 15 congressistas. A gestão de Kuczynski foi marcada pela tensão com um Congresso majoritariamente oposicionista e as denúncias de corrupção, que acabaram por causar sua renúncia.

Seu antecessor no cargo, o presidente Ollanta Humala, e sua esposa, Nadine Heredia, se encontram detidos em virtude de investigações por corrupção ligadas à Odebrecht. As investigações também envolveram o ex-presidente Alejandro Toledo, de quem Kuczynski foi ministro da Economia, sobre quem, atualmente, pende mandado de captura internacional. Paralelamente, pedido de extradição, ora sob análise, foi formulado às autoridades norte-americanas - país onde estaria Toledo.

Primeira moção de impeachment

Em 13 de dezembro de 2017, a Comissão Lava Jato do Congresso peruano apresentou documentos que revelaram que duas empresas de titularidade do presidente Kuczynski teriam recebido pagamentos da construtora Odebrecht entre 2004 e 2006. No dia 15/12, frente parlamentar liderada pelos partidos "Frente Amplio", "Fuerza Popular" e "APRA" protocolou pedido de “vacância” do presidente (destituição do mandatário pelo Congresso) por “incapacidade moral”, hipótese de destituição prevista no artigo 113 da Constituição do país.

A destituição do mandatário foi debatida e votada pelo pleno do Congresso já no dia 21/12, em processo que foi objeto de críticas por sua celeridade. Na véspera, o presidente falou aos peruanos em cadeia nacional, quando defendeu sua permanência no cargo na companhia do Primeiro-Vice-Presidente Martín Vizcarra e da segunda vice-presidente Mercedes Aráoz. Ambos afirmaram que renunciariam em caso de impedimento de Kuczynski – o que forçaria o Congresso à convocação imediata de novas eleições. Não houve votos suficientes para aprovar a “vacância”, graças à abstenção da bancada parlamentar ligada a Kenji Fujimori, irmão da candidata presidencial derrotada Keiko.

Em 24/12, três dias depois da rejeição à moção de vacância, o ex-presidente Alberto Fujimori foi beneficiário de indulto presidencial que comutou sua pena em prisão domiciliar. A reação da opinião pública e de analistas foi imediata, creditando o indulto, concedido oficialmente “por razões humanitárias”, a uma barganha com Kenji Fujimori em troca da abstenção na votação do impedimento presidencial.

Em função da dissidência na votação do impeachment, o “Fuerza Popular” instaurou processo disciplinar contra Kenji e mais nove congressistas, que acabou culminando em sua expulsão do partido.

No curso da investigação sobre a Odebrecht, foram levantadas informações sobre a entrega de USD 300 mil não declarados para a campanha de Kuczynski em 2011, com o conhecimento do mandatário.

Segunda moção de impeachment. Renúncia.

Em 15 de março, o Congresso peruano aprovou nova moção de vacância do presidente, apresentada por frente parlamentar de caráter multipartidário. A votação do impeachment deveria ocorrer na quinta-feira, 22 de março.

No dia 20 de março, horas depois de Kenji Fujimori ter comparecido à Oficina Nacional de Processos Eleitorais (ONPE) com o objetivo de dar oficialmente início à

coleta de assinaturas para a criação de um novo partido para as próximas eleições presidenciais, o partido "Fuerza Popular" divulgou vídeo que mostra Kenji Fujimori e outros parlamentares dissidentes tentando convencer congressista a votar contra a destituição presidencial em troca de facilidades junto ao Executivo.

O clamor gerado pela divulgação dos vídeos fez com que parlamentares antes indecisos passassem a declarar que votariam a favor da destituição. O episódio foi o estopim da renúncia de Kuczynski, noticiada na tarde de 21 de março pela imprensa peruana e oficializada em carta enviada ao Congresso Nacional nessa mesma data.

Posse de Vizcarra. Novo Gabinete Ministerial.

Seguindo o rito previsto na Constituição peruana, o então primeiro-vice-presidente e embaixador do Peru no Canadá, Martín Vizcarra, tomou posse como novo mandatário peruano em cerimônia realizada em 23 de março, no Congresso.

Em seu primeiro discurso presidencial, Vizcarra procurou adotar uma linha conciliatória e de unidade nacional. Destacou a gravidade dos fatos que levaram à situação de instabilidade política atual e instou o Poder Judiciário a investigá-los "com independência". Ex-Governador do Departamento de Moquegua, Vizcarra sempre foi visto como importante articulador com as forças políticas do interior do país. Enfatizou, ademais, que os temas de saúde, educação e segurança serão prioritários em sua gestão.

Novo gabinete ministerial foi apresentado em 2/4. O parlamentar César Villanueva, do partido "Alianza para el Progreso" (APP), foi apontado para a Presidência do Conselho de Ministros, no lugar da agora primeira vice-presidente do Peru, Mercedes Aráoz. O embaixador Nestor Popolizio foi nomeado para a pasta das Relações Exteriores; Salvador Heresi para o ministério da Justiça; David Tuesta para o ministério de Economia e Finanças; Francisco Ísmodes para Energia e Minas; Edmer Trujillo para o ministério de Transportes e Comunicações; Silvia Ester Pessah Eljay para o ministério da Saúde; e Patricia Balbuena para a pasta da Cultura.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa peruana tem passado por um período de forte ativismo, voltado a projetar o país como potência regional média emergente. A Chancelaria local tem reforçado a agenda econômica, com discurso que enfatiza o vigoroso crescimento do PIB peruano, os Tratados de Livre Comércio assinados e aspectos estratégicos da geografia do país, como acesso ao Pacífico e à bacia Amazônica.

O país continua a apostar no aprofundamento das relações com a Ásia-Pacífico e, especialmente, no Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), cuja Cúpula o Peru sediou em novembro de 2016.

A Aliança do Pacífico também vem recebendo especial atenção: em janeiro de 2016, o Peru esteve entre os onze países que subscreveram o Acordo de Associação Transpacífico (TPP). Após o abandono da TPP por parte do governo norte-americano, o Peru seguiu parte do diálogo entre os demais membros do acordo original, que culminou na assinatura, em 08/03/2018, em Santiago, do Tratado Integral e Progressivo de Associação Transpacífica (CP-TPP, em inglês) - informalmente chamado de TPP-11, em alusão ao número de signatários.

O governo do ex-presidente Kuczynski, embora breve, contou com dois chanceleres; o diplomata de carreira Ricardo Luna e a ex-Ministra de Minas e Energia Cayetana Aljovín. A indicação por Martin Vizcarra do embaixador Nestor Francisco Popolizio Bardales ao cargo de ministro de Relações Exteriores aponta para continuidade das tradicionais linhas de atuação da diplomacia peruana.

Fronteiras. Relações Regionais.

São prioritárias para a política externa peruana as relações com os países vizinhos. Recentes esforços da Chancelaria visam aprofundar o vínculo da política exterior com as necessidades das populações fronteiriças, buscando a promoção do desenvolvimento nas áreas de fronteira em articulação com os países lindeiros.

CSNU. Comunidade Andina.

O Peru passou a ocupar assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no início deste ano. Contingente peruano integra a MINUSCA (Missão de Paz da ONU na República Centro-Africana), formado por 214 militares

do batalhão de engenharia, responsáveis por trabalhos de infraestrutura, como construção de estradas e recuperação de vias.

Em maio próximo, o Peru assumirá a presidência pro-tempore da Comunidade Andina, com a promessa de "impulsionar o processo de integração andina com a ampla e ativa participação de Bolívia e Equador”.

Cúpula das Américas

O Peru será o país anfitrião da próxima Cúpula das Américas, a ser realizada em Lima nos dias 13 e 14 de abril de 2018, sob o tema "Governabilidade Democrática Frente à Corrupção".

OCDE

O pleito do Peru - inspirado pela adesão do México (1994) e do Chile (2010) - foi um dos primeiros a se dar mediante um "programa país", elaborado pela OCDE em maio/2014 em resposta ao interesse peruano de integrar a Organização. A implementação do "programa país" tem facilitado a aproximação do Peru à Organização.

Venezuela.

Durante o governo Kuczynski, o Peru passou a adotar posições mais assertivas em relação à crise na Venezuela. O Peru é um dos países duramente afetados pela migração venezuelana: segundo estudo da Organização Internacional de Migrações-OIM, em 2016 o Peru havia recebido cerca de dez mil migrantes venezuelanos; em 2017, este número se decuplicou, atingindo 106.771 pessoas. O único dado disponível de 2018, correspondente a janeiro, já indica um saldo de 33.955 migrantes.

O Peru sediou, em agosto de 2017, a reunião fundadora do chamado “Grupo de Lima”, foro de discussão voltado para a defesa de uma solução pacífica, democrática e negociada para a crise na Venezuela. O grupo é formado por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia. As discussões mantidas pelo Grupo de Lima ocorrem em caráter paralelo, e sem prejuízo, das mantidas nos demais foros regionais e multilaterais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Foi objeto de controvérsia com ampla repercussão midiática o cancelamento, por parte do governo peruano, do convite efetuado ao presidente venezuelano Nicolás Maduro para participar da VIII Cúpula das Américas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Peru é a sétima maior economia da América Latina, com PIB de US\$ 210 bilhões (FMI, 2017, est.). O Peru apresenta dezenove anos de crescimento ininterrupto (1999-2017). Desde a década de 1990, o modelo de desenvolvimento econômico enfatiza a abertura comercial e os tratados de livre comércio. Hoje, o Peru possui acordos comerciais com mais de 20 países, participa do Tratado Integral e Progressivo de Associação Transpacífica (CPTPP, em inglês), da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (*Asia-Pacific Economic Cooperation* – APEC) e da Aliança do Pacífico.

A gestão econômica do governo Kuczynski – que, avalia-se, deverá encontrar continuidade no Governo Vizcarra – privilegia o modelo liberal primário-exportador, pautado na alavancagem do setor privado, na atração de investimentos e em uma política comercial internacionalista.

O principal vetor de crescimento peruano é a demanda externa. Nos últimos dez anos, dois terços da variação do PIB foram movidos pelas condições do mercado internacional, sobretudo dos preços e volumes demandados dos produtos de exportação peruanos. O país está entre os maiores produtores mundiais de prata, cobre e ouro, além de ser grande exportador de zinco e ferro (ouro e minérios somam pouco mais de 50% da pauta exportadora peruana). Entre 2002 e 2013, graças ao "boom das commodities", o país foi um dos que obteve maior crescimento sustentado na América do Sul (média de 6,1%). Com o fim do ciclo de valorização das commodities, houve desaceleração no crescimento. A tendência de nova valorização dos preços dos principais produtos de exportação do Peru, iniciada em 2016, deverá levar a novo ciclo de marcado crescimento.

Analistas listam como principais desafios atuais da economia peruana o reduzido nível dos investimentos públicos, as dificuldades na execução de projetos de infraestrutura por parte do governo, o recuo do investimento privado face aos casos de corrupção revelados pelas investigações envolvendo a Odebrecht no Peru e a elevada e persistente informalidade (73% dos trabalhadores, em 2017).

Atividade econômica em 2017.

Os números oficiais da atividade econômica no Peru em 2017, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática e pelo Banco Central de Reserva do Peru, revelaram expansão de 2,5% no PIB do país em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Peru segue com bons índices macroeconômicos. A dívida pública representou 24% do PIB em 2017. Não obstante, nos últimos cinco anos, o déficit público tem crescido gradualmente. Em 2017, registrou 3,2%, superando a meta de 3% fixada pelo governo. Em 2018, deve atingir 3,5% do PIB - nível mais alto desde 1992. O quadro fiscal é ainda comprometido pela redução da arrecadação tributária, que, entre 2012 e 2017, caiu 4,8% - o equivalente a cerca de 10 bilhões de dólares.

A taxa básica de juros observou trajetória de queda ao longo de 2017: passou de 4,25% no início do ano para 3,25% em dezembro. Em março de 2018, foi reduzida a 2,75%. Esse movimento é favorecido pela tendência de queda da inflação, que encerrou o ano em 1,4%, a mais baixa dos últimos oito anos. Projeções indicam inflação em torno de 2% em 2018, dentro da meta estabelecida pela autoridade monetária peruana (entre 1% e 3%).

Setor Externo.

O comércio exterior do Peru, que vinha decaindo gradativamente desde 2012 - quando registrou seu ápice histórico (US\$ 88,5 bilhões) -, apresentou tendência de reversão em 2016. Segundo dados da "UNCTAD/Trademap", em 2016, a balança comercial apresentou déficit de US\$ 100 milhões, com fluxo comercial de US\$ 72,2 bilhões (ante a um déficit de US\$ 4,9 bilhões e um intercâmbio de US\$ 71,3 bilhões em 2015). Os principais sócios comerciais do Peru em 2016 foram China, Estados Unidos e Brasil.

Em 2016, as exportações registraram aumento de 8,4%, enquanto as importações peruanas registraram contração de 5%, comparadas a igual período do ano passado.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1532	O espanhol Francisco Pizarro conquista a capital sul do império Inca, atual Cuzco.
1535	É fundada Ciudad de los Reyes, hoje Lima. Rica em prata, ouro e mercúrio, a colônia é elevada a Vice-Reinado do Peru.
1780-83	Tupac Amaru II lidera uma revolta contra o regime de servidão aplicado aos indígenas, que se estende até a Bolívia.
1820	O argentino José de San Martín inicia a luta contra os espanhóis, que seriam finalmente derrotados, em 1824, pelas tropas de Antonio José Sucre. O desfecho militar assegura a independência peruana, já declarada por San Martín em 1821.
1828	O país adota a Constituição Liberal Independente, e o governo do mestiço Ramón Castilla (1845-1851 e 1855-1862) liberta os indígenas do pagamento de tributos e os negros, da escravidão.
1879-84	Guerra do Pacífico: o Peru perde para o Chile o controle das jazidas de nitrato no deserto de Atacama e na província de Tarapacá.
1924	Haya de la Torre funda a nacionalista Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).
1963	Fernando Belaúnde Terry, da Ação Popular (AP), é eleito presidente e inicia a reforma agrária.
1968	Belaúnde é deposto pelo general nacionalista Juan Velasco Alvarado, que expropria empresas petrolíferas dos Estados Unidos (EUA).
1975	Alvarado é deposto pelo general conservador Morales Bermúdez, que devolve o poder aos civis em 1979.
1980	Belaúnde reelege-se presidente. O grupo Sendero Luminoso (inspirado nas idéias do líder comunista chinês Mao Zedong) inicia atividades terroristas em Ayacucho.
1985	Alan García (APRA) torna-se presidente e decreta moratória da dívida externa. A tentativa de estatizar o sistema bancário leva à formação de frente oposicionista liderada pelo escritor Mario Vargas Llosa.
1990	A inflação chega a 7.600%, e aumentam as greves e o terror senderista. Vargas Llosa perde as eleições presidenciais para o independente Alberto Fujimori.
1992	Fujimori fecha o Congresso e suspende as garantias constitucionais, no episódio conhecido como autogolpe. O líder máximo do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado, julgado e condenado à prisão perpétua.
1993	Nova Constituição prevê a reeleição presidencial e a pena de morte para

	terroristas. Surgem denúncias de violação de direitos humanos. Fujimori é reeleito.
1996	Na tentativa de libertar líderes presos, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) invade a embaixada do Japão durante uma festa e faz mais de 500 reféns.
1997	A embaixada japonesa é invadida por militares, que libertam 72 reféns remanescentes e matam os 14 seqüestradores.
2000	Fujimori é eleito presidente para um novo mandato, após boicote de Alejandro Toledo no segundo turno. Escândalos políticos levam Fujimori a afastar Montesinos – seu braço direito – e anunciar a redução de seu mandato para um ano. Em setembro, aproveitando viagem à Ásia, Fujimori desembarca no Japão e renuncia. Descobre-se que ele havia mantido a cidadania japonesa, além da peruana. O Congresso não aceita a renúncia e destitui Fujimori por "incapacidade moral".
2001	Após disputa acirrada no segundo turno com García, Alejandro Toledo vence, em junho, as eleições presidenciais, com 53,1% dos votos.
2003	Toledo pede publicamente desculpa pelas violações aos direitos humanos pelo Estado peruano nas décadas de 1980 e 1990.
2004	A violência senderista ressurgiu com o assassinato de políticos na região de Ayacucho.
2006	Alan García, do APRA, torna-se presidente, pela segunda vez, após derrotar Ollanta Humala, da “Unión por el Perú”, no segundo turno.
2008	O Presidente do Conselho de Ministros Jorge del Castillo coloca, formalmente, todo o gabinete à disposição do Presidente García.
2009	Os Tratados de Livre Comércio Peru-EUA e Peru-Chile entram em vigor.
2011	Ollanta Humala é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno. Toma posse em julho. Em novembro, o Presidente do Conselho de Ministros Salomón Lerner Ghitis renuncia ao cargo, devido aos conflitos sociais no interior do país envolvendo exploração mineral. Em seu lugar assume Óscar Valdés. É a primeira de muitas renúncias que se seguirão nos próximos anos.
2012	Em julho, o Presidente do Conselho de Ministros Óscar Valdés renuncia ao cargo. Em seu lugar assume Juan Jiménez Mayor.
2013	Em outubro, o Presidente do Conselho de Ministros Juan Jiménez Mayor renuncia ao cargo. Em seu lugar assume César Villanueva Arévalo em seu lugar.
2014	Em fevereiro, o Presidente do Conselho de Ministros César Villanueva Arévalo renuncia ao cargo. Em seu lugar assume René Cornejo Díaz em seu lugar. Cornejo Díaz renuncia ao cargo cinco meses depois, sendo sucedido por Ana Jara Velásquez.

2015	Em março, o Congresso peruano aprovou moção de censura contra Ana Jara Velásquez, que deu lugar a Pedro Cateriano. Os escândalos de espionagem pela Direção de Inteligência, que realizavam trabalho de monitoramento ilegal de políticos e personalidades foram o pivô da votação.
2016	Pedro Pablo Kuczynski, do partido "Peruanos por el Cambio", é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno, por estreita margem.
2017	No âmbito das investigações sobre os esquemas de corrupção da Odebrecht no Peru, foi expedido, em fevereiro, mandado de captura internacional e apresentado pedido de extradição às autoridades norte-americanas em desfavor do ex-presidente Alejandro Toledo. Em julho, foi decretada prisão preventiva do ex-presidente Ollanta Humala e sua esposa, Nadine Heredia. Também foi aberta investigação contra Keiko Fujimori por suposto recebimento de doação indocumentada. Em novembro, documentos apresentados revelaram que duas empresas à qual estava associado o presidente Kuczynski teriam recebido pagamentos da Odebrecht, inclusive durante período em que o mandatário peruano ocupou postos do alto escalão do governo de Toledo. Foi aberto processo de impedimento de Kuczynski, que não prosperou por estreita margem.
2018	Após a repercussão da divulgação de áudios onde congressistas aparecem oferecendo benefícios a colegas para que não apoiem o segundo pedido de impedimento do presidente, Kuczynski renuncia. Em seu lugar, Martín Vizcarra, primeiro vice-presidente, toma posse, em 23/3.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826	O Peru, sob o governo de Simón Bolívar, designa José Domingos Cáceres como seu primeiro encarregado de negócios no Rio de Janeiro.
1828	Retirada de Domingos Cáceres do Rio de Janeiro após a assinatura do Tratado de Piquiza entre o Peru e a Bolívia. No Tratado, as duas repúblicas comprometiam-se a não estabelecer relações com o Brasil até que o Império celebrasse a paz com as Províncias Unidas (Argentina) na guerra Cisplatina.
1829	Duarte da Ponte Ribeiro é designado como primeiro encarregado de negócios do Império brasileiro em Lima.
1851	Assinatura da Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites com o Peru, que define a fronteira pelo rio Javari e pela linha Tabatinga-Apapóris, com base no uti possidetis, e concede ao Peru o direito de livre navegação pelo Amazonas.
1867	Brasil rompe relações diplomáticas com o Peru, em razão de apoio peruano ao Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança.
1869	Restabelecimento das relações diplomáticas
1876	É assinado o Acordo de Livre Navegação do Rio Içá ou Putumayo
1904	Novo Tratado de Limites bilateral ratifica a linha Tabatinga-Apapóris como limite.
1909	Assinatura do Tratado de Limites e Navegação bilateral, pelo qual é negociado o restante da fronteira com o Peru, correspondente ao território do Acre.
1925	Ata de Washington, firmada pelo Brasil, Colômbia e Peru, assegura a linha Tabatinga-Apapóris também como fronteira Brasil-Colômbia.
1942	Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil é um dos garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre o Peru e o Equador.
1981	Presidente João Figueiredo vai ao Peru (primeira visita de um Presidente brasileiro). Assinatura do Acordo sobre Interconexão Rodoviária.

1987	Criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço.
1995	Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.
1998	Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador
2003	Presidente Lula visita Lima. São assinados o Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Peru (ACE-58) e o Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, bases da "Aliança Estratégica" com o Peru, lançada na ocasião.
2005	Início das obras da Rodovia Interoceânica entre Brasil e Peru.
2009	Peru anuncia a adoção do padrão ISDB-T de televisão digital.
2009	Visita do presidente Lula a Lima, em 11 de dezembro, quando é assinado acordo que estabelece a Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (ZIF) e cria a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF).
2011	Em setembro, é concluída a Rodovia Interoceânica, ligando o Estado do Acre ao Pacífico.
2011	O ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo, realiza visita ao Brasil e é recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo (março)
2012	Encontro do ministro de Estado Antonio de Aguiar Patriota com o chanceler peruano Rafael Roncagliolo (agosto)
2013	Visita oficial da chanceler peruana Eda Rivas a Brasília e encontro com o ministro Antonio de Aguiar Patriota (julho)
2013	Visita oficial da presidenta Dilma Rousseff ao Peru (novembro).
2014	O presidente Ollanta Humala visitou o Brasil para participar das Cúpulas BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho)

2015	V Reunião da Comissão Vice Ministerial de Integração Fronteiriça (V CVIF) e XI reunião de Consultas Políticas Brasil-Peru, co-presididas pelo secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Sérgio Danese, e pelo vice-chanceler peruano, embaixador Julio Eduardo Martinetti (julho)
2016	Visita do ministro Mauro Vieira e do ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, a Lima; assinatura do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru.
2017	Encontro entre o secretário-geral das Relações Exteriores, Marcos Galvão, o presidente do Peru, Pedro Paulo Kuczynski, e o chanceler do Peru, Ricardo Luna Mendoza

ACORDOS BILATERAIS

	Título	Data de Celebração	Estado atual	Publicação no D.O.U.
1.	Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial e Limites entre o Imperador do Brasil e a República do Peru	23/10/1851	Em vigor	-
2.	Acordo entre o Império do Brasil e a República do Peru sobre a Navegação do Rio Içá ou Putumayo	29/09/1876	Em Vigor	-
3.	Acordo entre o Império do Brasil e a República do Peru para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias	29/09/1879	Em Vigor	27/12/1879
4.	Acordo Ampliativo do que foi Concluído em 29 de setembro de 1879, para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Peru	08/06/1891	Em Vigor	18/5/1893
5.	Tratado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru para Completar a determinação das Fronteiras entre os dois países e Estabelecer Princípios Gerais sobre o seu Comércio e Navegação na Bacia do Amazonas	08/09/1909	Em Vigor	30/4/1910
6.	Convenção de Arbitragem Geral Obrigatória entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	11/07/1918	Em Vigor	23/12/1918
7.	Convênio sobre Radioelétrico ou Radiotelegráfico entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	31/12/1928	Em Vigor	8/2/1932
8.	Acordo sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	28/08/1953	Em Vigor	28/8/1957
9.	Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	30/11/1966	Em Vigor	8/8/1978

10.	Acordo de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Peru	29/01/1987	Em Vigor	26/11/1976
11.	Acordo sobre a Criação da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	06/10/1975	Em Vigor	24/11/1975
12.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	08/10/1975	Em Vigor	24/11/1976
13.	Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru	07/11/1975	Em Vigor	24/11/1976
14.	Convênio de Cooperação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	07/11/1975	Em Vigor	30/11/1976
15.	Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	
16.	Convênio Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	3/8/1977
17.	Acordo para Utilização de Estações Costeiras e de Navios da Região Amazônica entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	8/2/1979
18.	Convênio sobre Transportes Fluviais entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	24/4/1979
19.	Convênio Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Peru	05/11/1976	Em Vigor	8/2/1979
20.	Acordo Sanitário para o Meio Tropical entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	3/8/1977
21.	Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	16/10/1979	Em Vigor	31/7/1981
22.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Interconexão Rodoviária	26/06/1981	Em Vigor	29/4/1991

23.	Convênio sobre a Recuperação de Bens Culturais Roubados ou Exportados Ilicitamente entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	26/02/1996	Em Vigor	10/47/2002
24.	Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	21/07/1999	Em Vigor	30/10/2001
25.	Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru Sobre a Cooperação Entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/07/1999	Em Vigor	13/12/2000
26.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Delitos Conexos	28/09/1999	Em Vigor	25/10/2002
27.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária	06/12/1999	Em Vigor	28/8/2002
28.	Acordo de Cooperação Técnica na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	06/12/2002	Em Vigor	19/7/2006
29.	Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	20/7/2006
30.	Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	16/10/2006
31.	Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	2/8/2006

32.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais	10/02/2004	Em Vigor	4/10/2006
33.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	10/02/2004	Em Vigor	14/9/2005
34.	Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com relação ao Imposto sobre a Renda	17/02/2006	Em Vigor	30/11/2009
35.	Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	09/11/2006	Em Vigor	23/10/2013
36.	Acordo entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para Suprimir o Uso e a Apresentação do Carnê Internacional de Tripulante Terrestre (Troca de Notas)	28/04/2009	Em Vigor	26/12/2011
37.	Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-
38.	Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de Sistemas de Controle Integrado em Postos de Fronteira do Brasil e do Peru	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-
39.	Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-

40.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-
41.	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	11/12/2009	Tramitação Congresso Nacional	-
42.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Fornecimentos de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil	16/06/2010	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

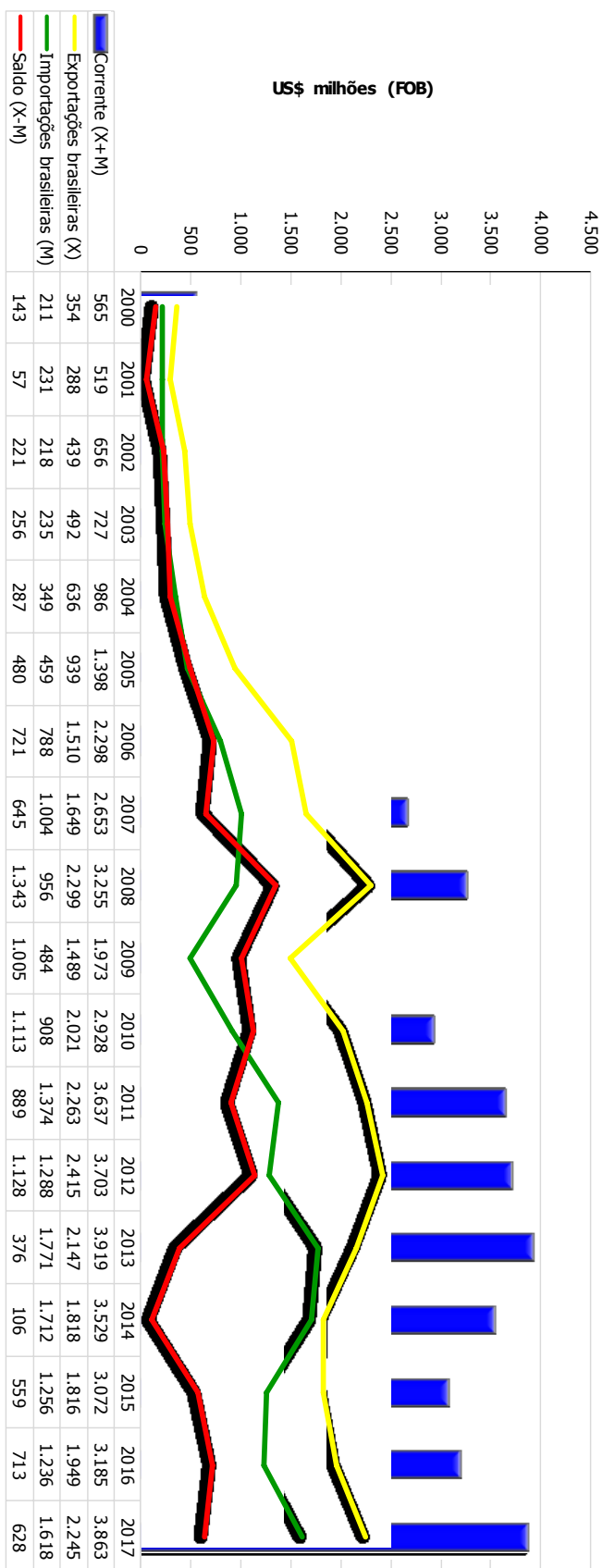
PERU

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo



Março de 2018

Comércio Brasil-Peru

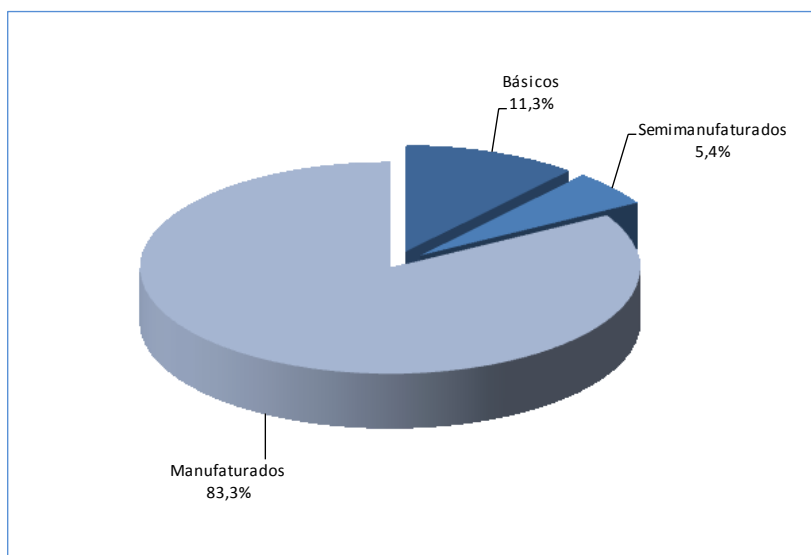


Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

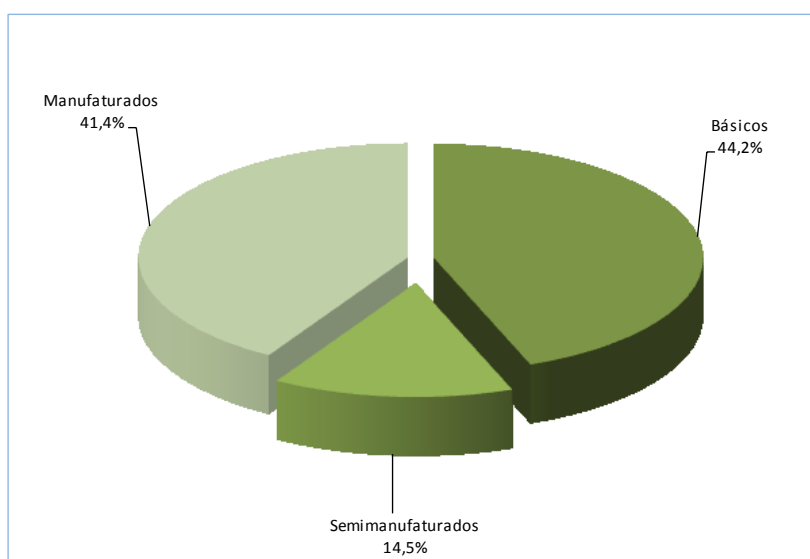
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-fev)	264	160	424	104
2018 (jan-fev)	285	224	510	61

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



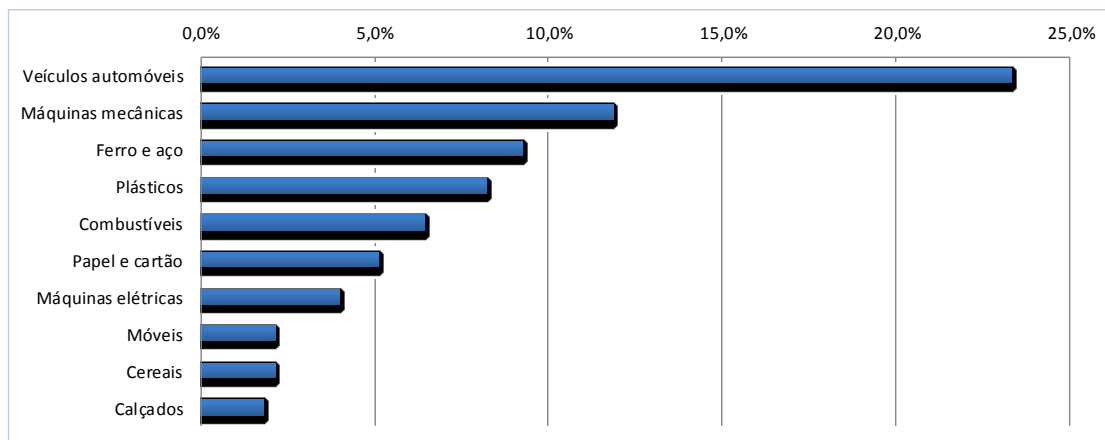
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Peru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Veículos automóveis	391	21,5%	405	20,8%	523	23,3%
Máquinas mecânicas	255	14,0%	280	14,3%	266	11,9%
Ferro e aço	144	7,9%	210	10,8%	207	9,2%
Plásticos	151	8,3%	150	7,7%	184	8,2%
Combustíveis	55	3,0%	66	3,4%	145	6,4%
Papel e cartão	96	5,3%	117	6,0%	114	5,1%
Máquinas elétricas	106	5,9%	94	4,8%	90	4,0%
Móveis	39	2,1%	41	2,1%	48	2,1%
Cereais	39	2,1%	41	2,1%	48	2,1%
Calçados	29	1,6%	36	1,8%	41	1,8%
Subtotal	1.304	71,8%	1.441	73,9%	1.666	74,2%
Outros	512	28,2%	508	26,1%	579	25,8%
Total	1.816	100,0%	1.949	100,0%	2.245	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

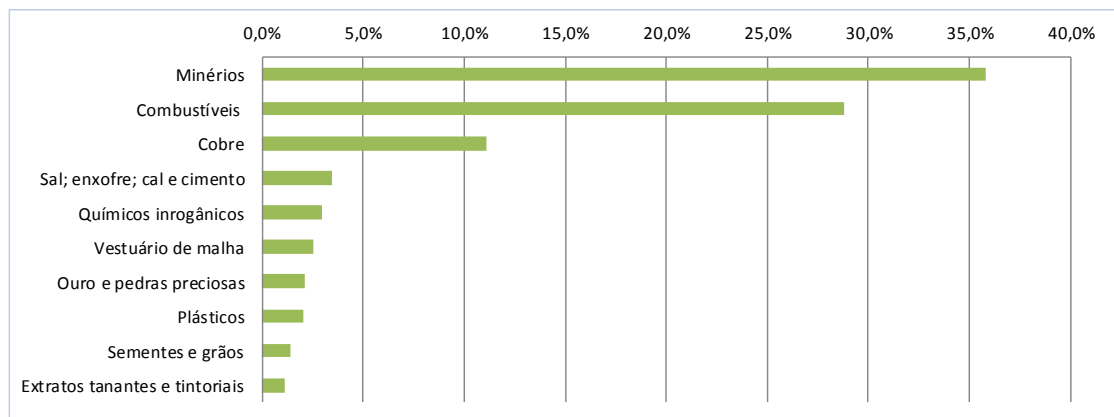


Composição das importações brasileiras originárias do Peru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	369	29,4%	465	37,6%	579	35,8%
Combustíveis	188	15,0%	186	15,0%	466	28,8%
Cobre	267	21,3%	183	14,8%	179	11,1%
Sal; enxofre; cal e cimento	101	8,0%	85	6,9%	56	3,5%
Químicos inorgânicos	34	2,7%	38	3,1%	48	3,0%
Vestuário de malha	63	5,0%	43	3,5%	41	2,6%
Ouro e pedras preciosas	25	2,0%	40	3,3%	35	2,1%
Plásticos	18	1,4%	29	2,3%	33	2,0%
Sementes e grãos	14	1,1%	14	1,2%	23	1,4%
Extratos tanantes e tintoriais	17	1,3%	20	1,6%	19	1,2%
Subtotal	1.096	87,2%	1.104	89,3%	1.480	91,5%
Outros	160	12,8%	132	10,7%	138	8,5%
Total	1.256	100,0%	1.236	100,0%	1.618	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



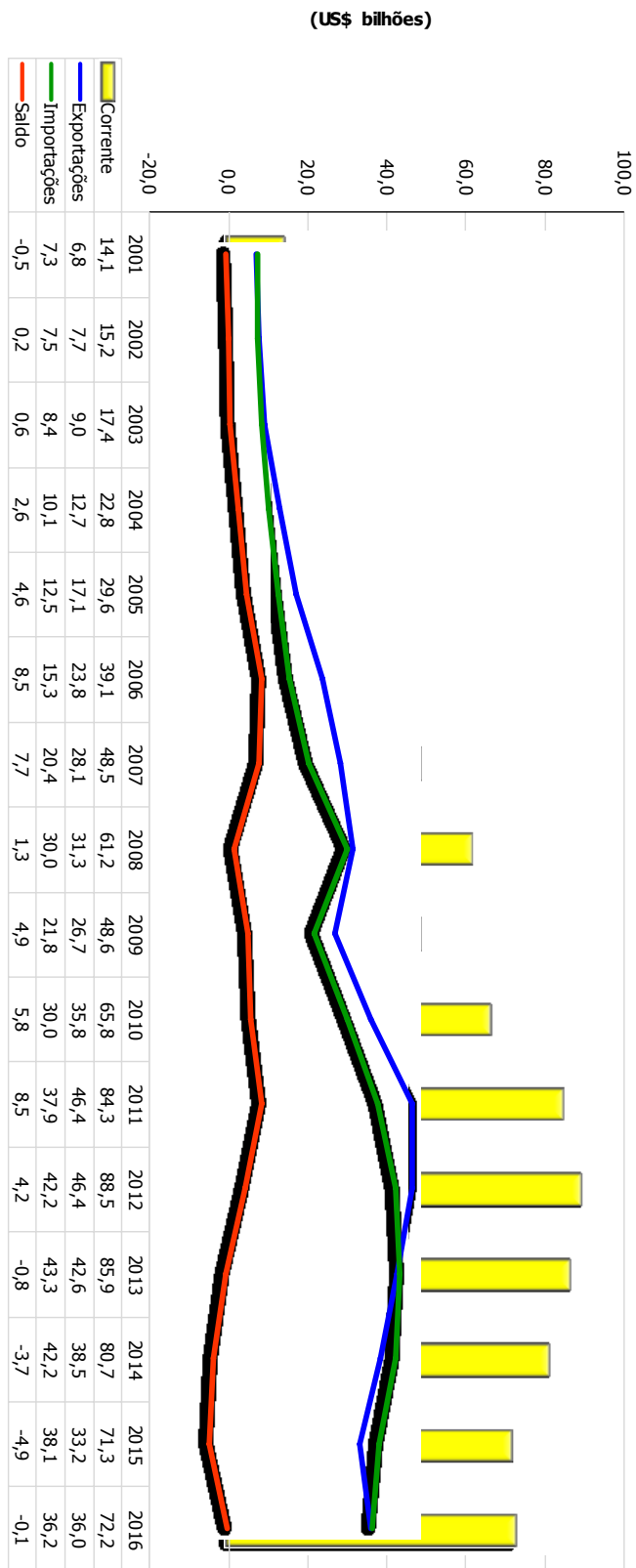
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Veículos automóveis	48,9	18,5%	84,5	29,6%	Veículos automóveis 29,6%
Máquinas mecânicas	20,0	7,6%	35,5	12,4%	Máquinas mecânicas 12,4%
Ferro e aço	29,9	11,3%	28,6	10,0%	Ferro e aço 10,0%
Plásticos	26,2	9,9%	23,9	8,4%	Plásticos 8,4%
Papel e cartão	11,7	4,4%	12,1	4,2%	Papel e cartão 4,2%
Máquinas elétricas	9,4	3,6%	9,7	3,4%	Máquinas elétricas 3,4%
Cereais	4,2	1,6%	7,9	2,8%	Cereais 2,8%
Borracha	7,0	2,6%	6,0	2,1%	Borracha 2,1%
Carnes	5,9	2,2%	5,2	1,8%	Carnes 1,8%
Frutas	1,8	0,7%	5,0	1,7%	Frutas 1,7%
Subtotal	165	62,5%	218	76,5%	
Outros	99	37,5%	67	23,5%	
Total	264	100,0%	285	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Minérios	19,4	12,1%	68,7	30,6%	Minérios 30,6%
Combustíveis	55,1	34,3%	51,5	23,0%	Combustíveis 23,0%
Cobre	35,8	22,4%	32,4	14,4%	Cobre 14,4%
Químicos inorgânicos	2,7	1,7%	12,0	5,4%	Químicos inorgânicos 5,4%
Sal; enxofre; cal e cimento	5,2	3,3%	10,2	4,5%	Sal; enxofre; cal e cimento 4,5%
Ouro e pedras preciosas	3,9	2,5%	7,5	3,4%	Ouro e pedras preciosas 3,4%
Vestuário de malha	4,4	2,8%	6,8	3,0%	Vestuário de malha 3,0%
Plásticos	3,9	2,4%	5,7	2,5%	Plásticos 2,5%
Grãos e sementes	2,9	1,8%	3,8	1,7%	Grãos e sementes 1,7%
Extratos tanantes e tintoriais	2,7	1,7%	3,5	1,6%	Extratos tanantes e tintoriais 1,6%
Subtotal	136	84,9%	202	90,0%	
Outros produtos	24	15,1%	22	10,0%	
Total	160	100,0%	224	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Comércio Peru x Mundo

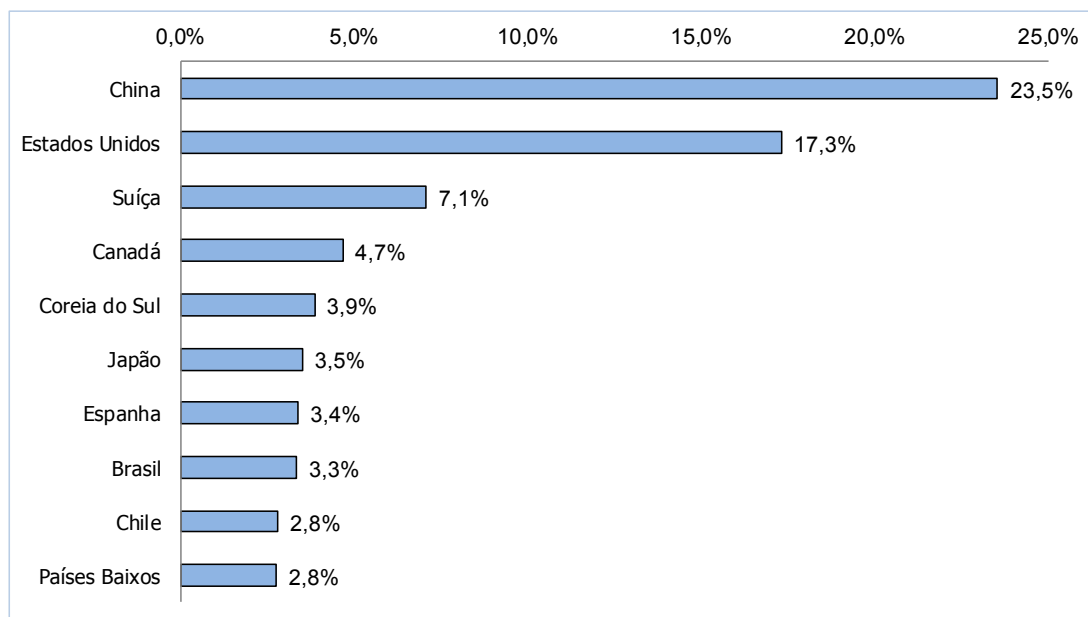


Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Março 2018.

Principais destinos das exportações do Peru
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	8.484	23,5%
Estados Unidos	6.235	17,3%
Suíça	2.551	7,1%
Canadá	1.684	4,7%
Coreia do Sul	1.388	3,9%
Japão	1.263	3,5%
Espanha	1.217	3,4%
Brasil	1.204	3,3%
Chile	1.008	2,8%
Países Baixos	992	2,8%
Subtotal	26.026	72,2%
Outros países	10.014	27,8%
Total	36.040	100,0%

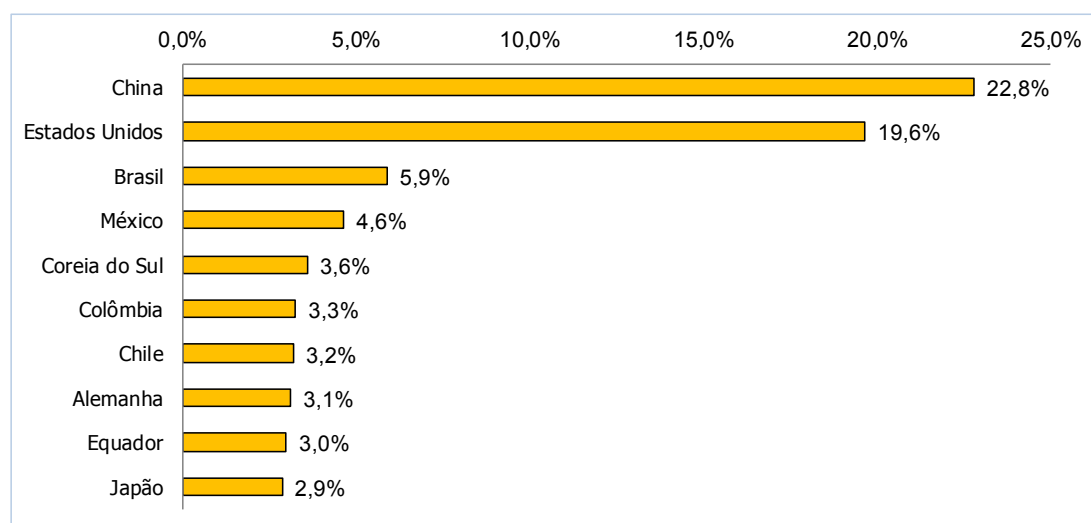
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Principais origens das importações do Peru
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	8.244	22,8%
Estados Unidos	7.108	19,6%
Brasil	2.128	5,9%
México	1.677	4,6%
Coreia do Sul	1.298	3,6%
Colômbia	1.178	3,3%
Chile	1.152	3,2%
Alemanha	1.124	3,1%
Equador	1.080	3,0%
Japão	1.035	2,9%
Subtotal	26.024	71,9%
Outros países	10.161	28,1%
Total	36.185	100,0%

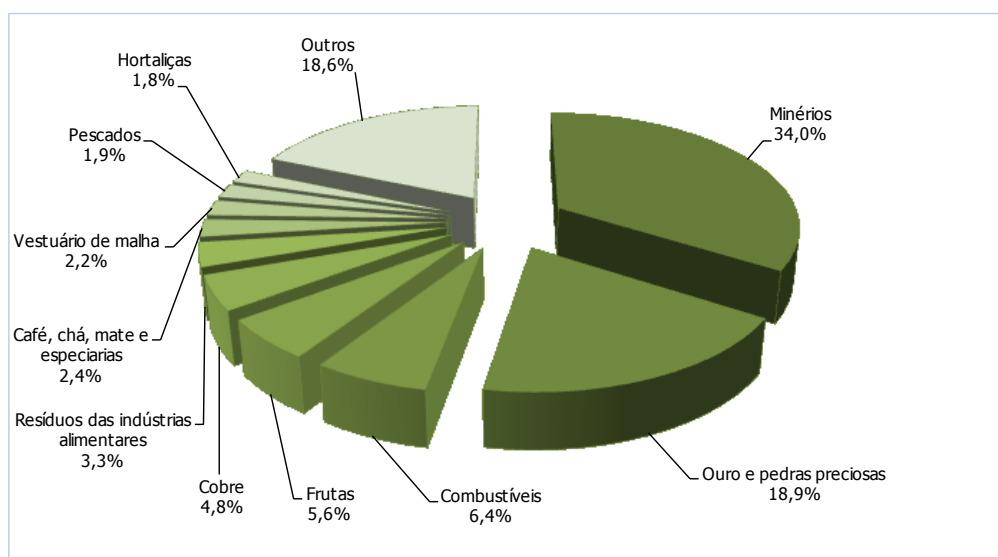
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Composição das exportações do Peru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Minérios	12.239	34,0%
Ouro e pedras preciosas	6.809	18,9%
Combustíveis	2.321	6,4%
Frutas	2.017	5,6%
Cobre	1.721	4,8%
Resíduos das indústrias alimentares	1.207	3,3%
Café, chá, mate e especiarias	878	2,4%
Vestuário de malha	792	2,2%
Pescados	698	1,9%
Hortaliças	663	1,8%
Subtotal	29.346	81,4%
Outros	6.694	18,6%
Total	36.040	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

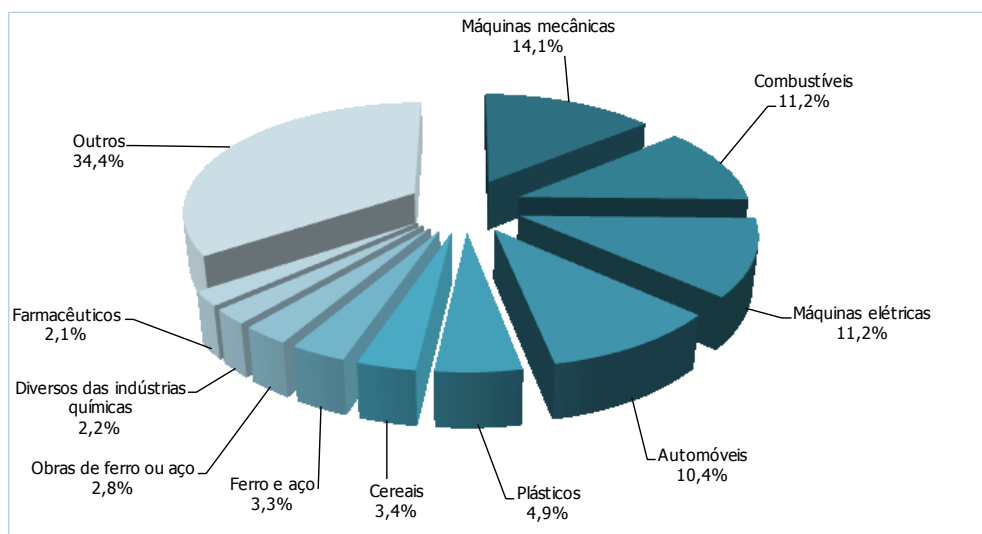


Composição das importações do Peru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	5.096	14,1%
Combustíveis	4.070	11,2%
Máquinas elétricas	4.044	11,2%
Automóveis	3.761	10,4%
Plásticos	1.790	4,9%
Cereais	1.240	3,4%
Ferro e aço	1.177	3,3%
Obras de ferro ou aço	996	2,8%
Diversos das indústrias químicas	796	2,2%
Farmacêuticos	772	2,1%
Subtotal	23.742	65,6%
Outros	12.443	34,4%
Total	36.185	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

10 principais grupos de produtos importados



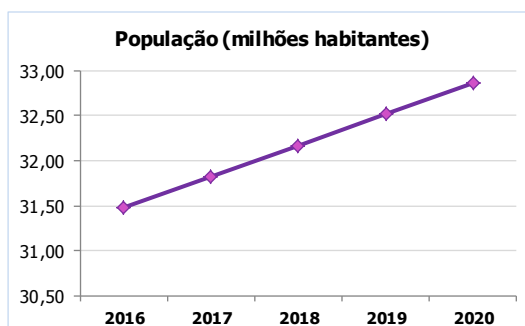
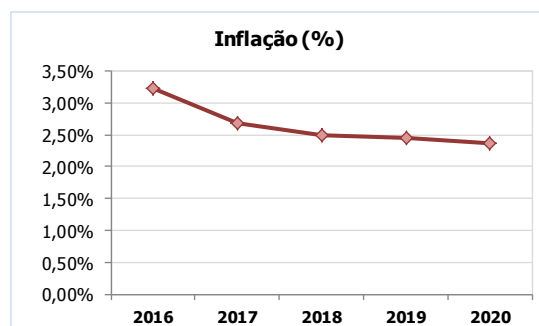
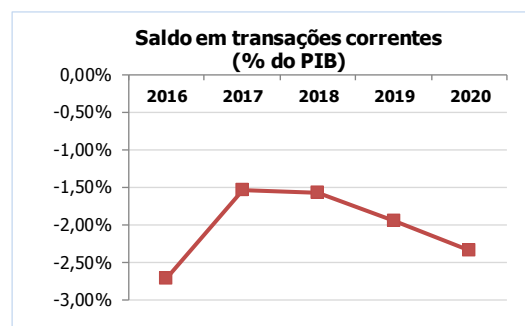
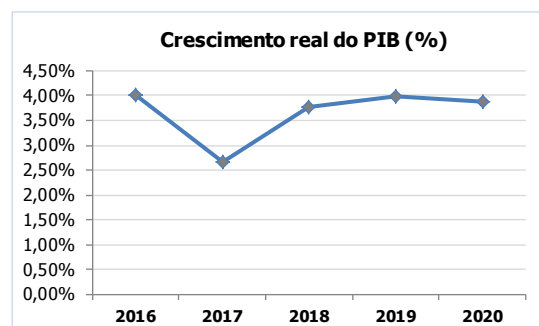
Principais indicadores socioeconômicos do Peru

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,00%	2,67%	3,76%	3,99%	3,87%
PIB nominal (US\$ bilhões)	195,30	210,01	221,71	235,06	249,15
PIB nominal "per capita" (US\$)	6.204	6.598	6.892	7.228	7.580
PIB PPP (US\$ bilhões)	406,52	424,64	449,15	477,06	505,95
PIB PPP "per capita" (US\$)	12.913	13.342	13.963	14.669	15.392
População (milhões habitantes)	31,48	31,83	32,17	32,52	32,87
Desemprego (%)	6,71%	6,71%	6,71%	6,71%	6,71%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,24%	2,69%	2,49%	2,46%	2,36%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,72%	-1,53%	-1,57%	-1,94%	-2,34%
Dívida externa (US\$ bilhões)	69,50	72,50	71,28	69,66	69,50
Câmbio (S / US\$) ⁽²⁾	3,36	3,24	3,25	3,27	3,29
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	7,5%				
Indústria	36,3%				
Serviços	56,1%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Aviso nº 168 - C. Civil.

Em 11 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República